

DE SEGUNDA A SEXTA, ÀS 17:00 / 18:00 HORAS

QUINTA-FEIRA, 16 DE ABRIL 2026 | N.º 1489 | ANO 5 »» DIGITAL »» DIGITAL »» DIGITAL

OBRAS DE 21,9 MILHÕES DE EUROS SÃO RETOMADAS PARA MELHORAR PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ

PÁGINA 2



De 2.^a a 6.^a-Feira, às 17:00 horas vá a www.campeaoprovincias.pt
na barra lateral encontra "Campeão Digital". CLIQUE E LEIA!

Pode também encontrar o link de ligação no Facebook do Campeão em www.facebook.com/campeaodasprovincias

Porto da Figueira da Foz retomou obras para melhorar acessibilidade



O porto da Figueira da Foz retomou os trabalhos de melhoria das acessibilidades, que tinham sido interrompidos em Janeiro por decisão da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

“A retoma surge na sequência de um parecer favorável da APA, que, através de comunicação oficial, autorizou o reinício condicionado e progressivo da obra”, explica a Administração daquela infra-estrutura portuária.

A intervenção incide em três frentes principais, sendo que no canal de navegação estão previstos trabalhos de quebramento de rocha e dragagens e na Doca dos Bacalhoeiros será executado o desmonte de enrocamento do molhe poente.

No cais acostável, numa extensão de 530 metros que abrange os terminais de granéis sólidos e de carga geral, serão executadas dragagens, instalação de estacas metálicas, construção da estrutura do tabuleiro, bem como a instalação de equipamentos e infraestruturas hidráulicas e elétricas.

Segundo o Porto da Figueira da Foz, a conclusão da empreitada está actualmente prevista para Outubro deste ano, podendo o prazo ser ajustado de acordo com o desenvolvimento do projecto.

A obra de aprofundamento da barra, do canal de navegação e da bacia de manobras do porto da Figueira da Foz iniciou-se em Janeiro de 2025 e deveria estar concluída em Julho deste ano.

Em Janeiro, os trabalhos de rebentamento foram interrompidos na sequência de uma notificação da APA, apesar da empreitada, a cargo da empresa

Mota Engil, já acumular atrasos antes da suspensão, para além de ser necessário reformular o projeto de aumento do cais comercial.

A intervenção tem um custo estimado de 21,9 milhões de euros de financiamento público e privado: 9,1 milhões de euros provêm do programa Sustentabilidade 2030, 8,4 milhões de fundos próprios da Administração do Porto da Figueira da Foz (APFF) e 4,4 milhões foram disponibilizados por quatro empresas com actividade no porto da Figueira da Foz (Celbi, Navigator, Operfoz e Yilport).

Procura de outros portos

Recorde-se que, recentemente, o vice-presidente da Comunidade Portuária do Porto da Figueira da Foz referiu que cerca de 30% dos carregadores (importadores e exportadores) ainda não regressaram a esta infra-estrutura portuária, que esteve dois meses e meio fechada.

Apesar de o porto estar a funcionar normalmente desde 23 de Março, com o recomeço de dragagens permanentes, Paulo Mariano salientou que a comunidade portuária está a “tentar convencer os carregadores a voltarem ao porto da Figueira da Foz”.

“Alguns já voltaram, outros ainda não. Estamos a falar para aí de 30% a 35% de carregadores que ainda não regressaram”, estimou o dirigente, frisando que os importadores e exportadores tiveram de procurar outros portos, caso contrário fechavam as portas.

Segundo Paulo Mariano, os carregadores deslocaram-se para os portos de Leixões, Setúbal e Lisboa, mas principalmente para Aveiro, com custos logísticos para importar e exportar as suas mercadorias na ordem dos 30 milhões de euros.

O encerramento de cerca de dois meses e meio do Porto da Figueira da Foz, devido ao assoreamento da barra que impedia a entrada de grandes navios, provocou um impacto negativo “brutal” na região Centro, acrescentou.

“Não foram só as indústrias da celulose que vieram para a Figueira da Foz por ter um porto, foram também muitas empresas estrangeiras. E de repente ficaram sem o porto. Isto foi de uma grande gravidade e até em termos ambientais foi catastrófico”, enfatizou o vice-presidente da Comunidade Portuária.

O Seminário de Coimbra acolhe, amanhã, dia 17, a partir das 18h00, uma iniciativa cultural integrada nas comemorações de homenagem a Nunes Pereira, 100 anos do seu nascimento e 25 anos da sua morte. O programa inclui uma mostra de xilografuras, seguida da tertúlia "O Enigma Nunes Pereira e outras histórias", que contará com a participação de Leonor Castro Nunes e José Luís Gonçalves.

ASCENSOR

PEDRO COIMBRA – O deputado à Assembleia da República, eleito pelo círculo de Coimbra, não aceita o silêncio perante Penacova. Num tempo em que tantas populações se sentem entregues ao silêncio, à demora e à resignação das entidades responsáveis, há gestos políticos que importam precisamente porque recusam a indiferença. A deslocação de Pedro Coimbra a Penacova, acompanhado por Pedro Delgado Alves, Isabel Cruz, autarcas locais, executivos das juntas de freguesia e empresários da região, é um desses sinais: o de que ainda há quem escolha estar no terreno, ouvir, ver e agir perante o sofrimento real das pessoas. O caso da EN110 e da EN2 é hoje muito mais do que um problema de circulação rodoviária. É, antes de mais, um drama humano, social e económico que está a sacrificar profundamente a vida das populações. Quando uma estrada é cortada, não se corta apenas o trânsito, cortam-se rotinas, atrasam-se socorros, dificultam-se acessos a escolas, hospitais e locais de trabalho, fragilizam-se empresas, isola-se um território e agrava-se o sentimento de abandono. Na EN110, cuja derrocada ocorreu ainda antes das tempestades, os prejuízos para o concelho de Penacova são evidentes e prolongam-se já para lá do aceitável. A lentidão na resposta e a passividade de quem tem responsabilidades directas na resolução do problema tornaram-se, elas próprias, parte da crise. O mesmo se aplica à EN2, onde os constrangimentos continuam a afectar gravemente a vida quotidiana de quem ali vive, trabalha e investe. É neste contexto que a actuação de Pedro Coimbra merece ser reconhecida. Não apenas pela presença no terreno, mas pela clareza com que assume a defesa dos interesses das populações e pela determinação em transformar essa presença em pressão política concreta. Já houve diligências parlamentares junto do Governo e da Infraestruturas de Portugal relativamente à EN110 e foi afirmado o compromisso de insistir, reforçar e alargar essa intervenção também à EN2. As populações não podem ficar reféns de uma derrocada sem solução à vista ou, pior ainda, sem verdadeira vontade de resolver. Quando o território perde mobilidade, perde também oportunidades, confiança e qualidade de vida. E quando os responsáveis tardam em agir, quem paga são sempre os mesmos: os cidadãos, as famílias, os trabalhadores, os estudantes, os idosos, os empresários locais. Num momento tão delicado, Pedro Coimbra mostrou que representar não é apenas falar sobre os problemas, é estar ao lado de quem os sofre, dar-lhes voz e exigir soluções com firmeza.

JOSÉ VERÍSSIMO – O presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho recebeu no dia 9 de Abril a Medalha de Mérito Social, Grau Ouro, a mais alta distinção individual atribuída pela ANGES – Associação Nacional de Gerontologia Social. Mais do que uma homenagem ao cargo, a distinção sublinha um modo de estar: próximo das pessoas, presente nos momentos difíceis e comprometido com uma acção pública assente no cuidado, na responsabilidade e na solidariedade. A cerimónia, realizada no Centro de Artes de Águeda, reconheceu em particular a sua actuação durante as recentes cheias e intempéries que afectaram o concelho. À margem da sessão, José Veríssimo fez questão de afastar qualquer leitura individual do galardão, afirmando-o como um reconhecimento colectivo, pertencente a todos os que estiveram no terreno a apoiar as populações.

MÓNICA QUINTELA – Advogada, de 58 anos, com escritório em Coimbra, Mónica Quintela acaba de assumir a presidência da Direcção da Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso (APAR) para o biénio 2026-2028. A sua nomeação surge após um convite directo de Diogo Cabrita, seu antecessor, que deixou o cargo por razões pessoais e agora assume funções como director. A nova líder da APAR traz consigo um currículo de relevo na esfera pública e jurídica portuguesa. Advogada de causas mediáticas, notabilizou-se pela defesa de figuras conhecidas como o fugitivo Pedro Dias e a inspectora da PJ Ana Saltão. Na política, desempenhou funções como deputada pelo PSD e foi a mandatária distrital de Coimbra da candidatura presidencial de Gouveia e Melo. Sob a presidência de Mónica Quintela, a Direcção da APAR foi reforçada com quatro novos elementos, todos com forte ligação ao sector jurídico.

FIGURA DA SEMANA

D. VIRGÍLIO ANTUNES: UMA ELEIÇÃO CARREGADA DE ESPERANÇA PARA A IGREJA EM PORTUGAL

A eleição de D. Virgílio Antunes para presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), anunciada na terça-feira, 14 de Abril, é mais do que uma simples mudança de liderança no seio da Igreja em Portugal. É um momento de significado profundo, carregado de simbolismo, expectativa e responsabilidade, num tempo em que a Igreja é chamada não apenas a orientar, mas também a responder, a escutar e a reparar. Bispo de Coimbra, com 64 anos, D. Virgílio Antunes chega à presidência da CEP com a serenidade de quem conhece por dentro os caminhos da Igreja e com a autoridade tranquila de um percurso sem sombra, feito de serviço, estudo, discrição e fidelidade. A sua eleição, ocorrida em Assembleia Plenária, confirma uma lógica de continuidade institucional, até aqui, era vice-presidente da conferência, mas também deixa entrever algo mais: a escolha de uma figura que inspira confiança num momento em que o país católico e a própria sociedade portuguesa esperam da Igreja não apenas palavras, mas coragem moral. Nas primeiras declarações após a eleição, o novo presidente falou da missão que agora assume como um serviço e como continuação de um caminho antigo, enraizado na história da Igreja em Portugal. Fê-lo com sobriedade, sem triunfalismos, como quem sabe que os cargos, na Igreja, não se medem pelo poder, mas pelo peso da responsabilidade. E esse peso é hoje imenso. Entre os temas destacados por D. Virgílio Antunes estiveram a evangelização, a coesão interna, a liturgia, a harmonia entre os bispos, os conflitos internacionais e outras feridas do nosso tempo. Mas houve uma referência que sobressaiu, inevitavelmente, pela sua gravidade e pela sua urgência: a protecção de menores e os abusos sexuais na Igreja. Ao afirmar que não há "dossês fechados", o novo presidente deixou uma mensagem clara: há feridas que não podem ser arquivadas, há dores que não podem ser varridas para o silêncio, há deveres que não podem continuar adiados. É precisamente aqui que esta eleição ganha uma densidade humana e moral que ultrapassa o mero plano institucional. Há muita expectativa, dentro e fora da Igreja, de que esta nomeação possa ser, talvez, um verdadeiro ponto de partida para a justiça devida às vítimas de abuso sexual perpetrados por membros da Igreja. Talvez seja cedo para certezas. Talvez seja prudente não carregar esta eleição com promessas que só os actos poderão confirmar. Mas seria impossível ignorar o que tantos sentem: que se abre agora uma possibilidade nova, ou pelo menos renovada, de enfrentar com mais verdade, mais firmeza e mais humanidade uma das páginas mais dolorosas da história recente da Igreja. Essa esperança nasce também de um contraste que muitos não escondem. Para um número significativo de fiéis e observadores, a liderança anterior não deu o andamento necessário a este processo. Faltou, para muitos, a determinação visível, a consequência efectiva, o gesto inequívoco de que a justiça para as vítimas não era apenas um dever enunciado, mas uma prioridade real. É nesse vazio, nessa demora e nessa frustração que a eleição de D. Virgílio Antunes é agora lida com redobrada atenção. Natural de São Mamede, na Batalha, na diocese de Leiria-Fátima, onde nasceu a 22 de Setembro de 1961, D. Virgílio Antunes foi ordenado sacerdote em 1985. Ao longo das últimas décadas, construiu um percurso de rara consistência: foi formador e Reitor do Seminário Diocesano de Leiria, docente na área bíblica, Reitor do Santuário de Fátima entre 2008 e 2011, e nesse mesmo ano foi nomeado Bispo de Coimbra por Bento XVI. Na Conferência Episcopal Portuguesa, presidiu à Comissão Episcopal das Vocações e Ministérios, foi vogal do Conselho Permanente e assumiu, mais tarde, a vice-presidência. Foi ainda delegado à XVI Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos. A eleição de D. Virgílio Antunes não apaga o passado, nem resolve por si só os problemas que a Igreja tem diante de si. Não dissolve a dor das vítimas, não repara automaticamente o que foi destruído, não restitui a confiança perdida. Mas pode marcar o início de uma etapa diferente. Pode, talvez, devolver à Igreja portuguesa um centro moral mais firme, mais credível e mais disponível para enfrentar o que é incómodo, doloroso e inadiável.



D. Virgílio Antunes, Bispo de Coimbra, eleito presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, num momento de renovada expectativa para a Igreja em Portugal

JOÃO PEDRO BEGONHA – O jurista foi nomeado Director-geral da Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção (APCMC), no quadro de um novo ciclo na estrutura executiva da instituição, destinado a assegurar a continuidade do trabalho desenvolvido e a prossecução dos seus objectivos estratégicos, num contexto de exigência crescente e de permanente evolução do sector. Com qualificações sólidas e experiência relevante no contexto associativo, João Pedro Begonha reúne, segundo a Direcção, as competências adequadas para o exercício das funções de Direcção-Geral. João Pedro Begonha sucede a José de Matos, a quem a Direcção manifestou o seu mais profundo reconhecimento pelo notável contributo prestado, pela dedicação incedível e pelo elevado profissionalismo evidenciado ao longo do exercício das suas funções. Após um percurso ímpar de 41 anos ao serviço da APCMC, José de Matos deixa uma marca indelével na história da Associação, tendo contribuído de forma determinante para o seu desenvolvimento, afirmação institucional e prestígio no sector. A sua reconhecida competência técnica, capacidade de liderança e aptidão para o estabelecimento de relações institucionais sólidas constituem pilares fundamentais do posicionamento que a APCMC hoje ocupa.

GRAÇA OCHOA – A criadora e actriz está prestes a trazer a público um gesto artístico de questionamento e actualização. 65 anos após a publicação de "Carta a uma Jovem Portuguesa" (1961), de Artur Marinho de Campos, Graça Ochoa prepara-se para apresentar "CARTA", um espectáculo que revisita e confronta o passado e o presente da condição feminina. A estreia vai acontecer no Convento São Francisco, em Coimbra, a 26 de Abril, numa criação da Monstro Colectivo, que "propõe uma reflexão urgente dirigida a jovens e ao público em geral". O evento vai,

assim, convocar temas que, mais de seis décadas depois, continuam a necessitar de um debate urgente: o namoro, a violência nas relações, o prazer, a sexualidade e a relação com o corpo. Todos sob a perspectiva feminina enraizada na experiência de Graça Ochoa. Este mesmo projecto vai, posteriormente, ser apresentado em várias escolas.

SUSANA CUNHA – Um estudo internacional de relevo, liderado pela investigadora Susana Cunha, da Universidade de Coimbra (UC), lançou um alerta crítico: o mundo corre o risco de perder ramos inteiros da história da vida na Terra devido ao desaparecimento de fungos únicos e sem parentes próximos. A investigação, desenvolvida no Departamento de Ciências da Vida da UC em parceria com o Jardim Botânico Real de Kew (Reino Unido), focou-se em espécies "evolutivamente distintas e globalmente ameaçadas". Susana Cunha, que coordena o projecto, destaca que a extinção destas linhagens isoladas representaria uma perda insubstituível de milhões de anos de história evolutiva.

RUI JACINTO – O geógrafo e docente aposentado do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra foi o protagonista de uma reflexão sobre a vida e a obra de Fernando Namora, numa tertúlia realizada, ontem, na Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, em Coimbra. Na sessão, intitulada "Fernando Namora: Roteiros de uma vida, meandros de uma obra, Rui Jacinto conduziu o público pelos múltiplos territórios do médico - que foi escritor e o escritor que nunca deixou a medicina -, traçando o que denomina de "verdadeiros mapas de um atlas literário". Segundo o geógrafo, a obra de Namora oferece uma "feliz conjugação de opostos" e uma "salutar tensão entre contrários", abordando dicotomias como: o rural e o urbano; o "nós" e o "outro"; a noite e a madrugada.

O festival de banda desenhada Coimbra BD regressa ao Convento São Francisco, de 24 a 26 de Abril, com um programa alargado e novas áreas, reunindo mais de 60 autores e ilustradores nacionais e internacionais. Segundo Margarida Mendes Silva, o festival, organizado pela Câmara, "promove o contacto directo entre público e criadores, incentivando a descoberta de novos talentos e o cruzamento entre diferentes linguagens artísticas."

UNIVERSIDADES DE COIMBRA E DA CHINA LANÇAM CENTRO DE INVESTIGAÇÃO CONJUNTO

A Universidade de Coimbra (UC) e a Universidade Renmin da China (RUC) lançaram um Centro de Investigação Conjunto para facilitar os intercâmbios civilizacionais e a aprendizagem mútua entre os dois países. Intitulado "Centro de Investigação Conjunto RUC-UC para o Intercâmbio Civilizacional e a Aprendizagem Mútua entre a China e Portugal", o projecto vai apoiar o desenvolvimento de intercâmbios culturais entre o país europeu e o asiático. Entre as actividades previstas estão a promoção de investigação académica conjunta, a dinamização de seminários académicos e conferências internacionais, bem como a organização de espectáculos e exposições relacionados com a cultura e a arte chinesas e com os temas de investigação. O novo organismo será gerido pela Academia Sino-Lusófona da UC e pela Faculdade de Artes da RUC. "O novo Centro Conjunto da Academia Sino-Lusófona com a Universidade Renmin, uma das mais importantes instituições mundiais de ensino superior, reforça a centralidade da Universidade de Coimbra nas relações entre o mundo da língua portuguesa e a República Popular da China", afirmou o Vice-Reitor da UC para as Relações Externas e Alumni, João Nuno Calvão da Silva, que formalizou o acordo para a criação do organismo com o presidente da RUC, Ma Huaide.

"PORTAS FLORIDAS" VOLTA A DAR COR ÀS FREGUESIAS DE TAVEIRO, AMEAL E ARZILA

A União das Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila vai promover, no próximo dia 1 de Maio, mais uma edição da iniciativa "Portas Floridas 2026", um evento que pretende valorizar a identidade local através da participação da comunidade, da expressão artística e da preservação das tradições. Sob o mote de que a união de freguesias "tem vida, cultura e tradição", o concurso volta a convidar habitantes, associações e grupos locais a decorar portas e espaços, dando cor e visibilidade às localidades e reforçando o espírito de envolvimento comunitário. A iniciativa integra-se nas Jornadas Culturais 2026, assumindo-se como um dos momentos de destaque da programação. De acordo com a informação divulgada, haverá prémios para participações individuais e colectivas, com a atribuição de 50 euros ao primeiro prémio, 30 euros ao segundo e 20 euros ao terceiro. A organização espera, assim, incentivar a adesão da população e estimular a criatividade dos participantes, numa actividade que cruza tradição popular, sentido estético e convívio entre gerações. As inscrições podem ser feitas na secretaria da Junta, em Taveiro, ou através do endereço electrónico taveiroamealarzila@sapo.pt. Estão ainda disponíveis os contactos telefónicos 965053350 e 239983289 para mais informações. Ao transformar portas e espaços em símbolos floridos de participação cívica e criatividade, "Portas Floridas 2026" volta a apresentar-se como uma proposta que une tradição e envolvimento popular num dia especialmente dedicado à celebração da Primavera e da identidade local.

ARQUIVADO INQUÉRITO SOBRE ALEGADO ASSÉDIO NO CES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O Ministério Público (MP) determinou o arquivamento do inquérito relacionado com alegadas situações de assédio no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, após análise do relatório enviado pela comissão independente e da carta do colectivo de mulheres. O inquérito teve origem no relatório final da Comissão Independente de Esclarecimento de Situações de Assédio no CES, que foi apresentado publicamente em Março de 2024, bem como numa carta de um colectivo de 13 mulheres. No despacho de arquivamento a que a agência Lusa teve acesso, o MP explica que condutas descritas no relatório seriam susceptíveis de integrar a prática de crimes contra a liberdade sexual, que dependem da apresentação de queixa por parte das vítimas, no entanto, "da análise dos elementos reunidos e das pesquisas efectuadas", verificou-se que "nenhuma das ofensas apresentou queixa por tal factualidade", no prazo de seis meses.

FACTO DA SEMANA

O ESTADO CORRIGIU UMA INJUSTIÇA NO LUTO DAS FAMÍLIAS

Durante demasiado tempo, o Estado respondeu com um valor quase simbólico a uma das experiências mais devastadoras que uma família pode atravessar. Quando a dor era absoluta, a resposta pública era mínima. Quando se exigia amparo, havia insuficiência. E quando o sistema devia proteger os mais vulneráveis, acabava a penalizá-los. Foi essa distorção moral, antes ainda de ser uma falha administrativa, que o Governo decidiu agora corrigir ao aprovar o aumento do subsídio de funeral para menores, nascituros e pessoas com incapacidade permanente e absoluta para o trabalho que sejam titulares de prestações por deficiência, em formulações públicas também referido, de forma mais abreviada, como aplicável a menores e a pessoas com incapacidade ou deficiência em situação particularmente grave. O facto é simples e inequívoco:

o Governo aprovou o aumento deste apoio de cerca de 268 euros para 1.611 euros. O novo montante corresponde a três vezes o Indexante dos Apoios Sociais (IAS) e elimina uma limitação que fazia depender o acesso ao valor mais elevado da carreira contributiva. Dito de outro modo: corrige-se uma regra que deixava desprotegidas precisamente famílias já esmagadas por circunstâncias extremas. No final do Conselho de Ministros, o ministro da Presidência, António Leitão Amaro, apresentou a medida como uma resposta de maior justiça social. E a expressão não é excessiva. O que estava em causa não era apenas uma insuficiência material, embora essa fosse evidente; era uma desigualdade profundamente difícil de aceitar. Porque não faz sentido que, perante a morte de um menor ou perante situações de deficiência e incapacidade particularmente graves, o Estado responda com critérios administrativos cegos à realidade concreta do sofrimento. O antigo valor não acompanhava o custo real de um funeral, nem correspondia à gravidade das circunstâncias em que era atribuído. Pior do que ser baixo, era um valor que traduzia uma incompreensão institucional: como se a dor pudesse ser remetida para uma nota de rodapé burocrática, como se o luto de algumas famílias pudesse valer menos por não caber nos requisitos de uma carreira contributiva. Esta era, no fundo, a falha central do regime anterior: nos casos de menores, nascituros e pessoas abrangidas por este regime especial, as famílias recebiam apenas 0,5 IAS, precisamente por estas situações não estarem cobertas pelo regime contributivo nos mesmos termos. Foi essa ferida moral e social que acabou por romper o silêncio. O tema chegou na passada quinta-feira à Assembleia da República, onde PAN, Chega, JPP, Livre, PS, PCP, Iniciativa Liberal e Bloco de Esquerda apresentaram propostas convergentes quanto à necessidade de rever o subsídio e aumentar o seu valor. Mas antes de se tornar matéria legislativa, esta causa já tinha sido assumida por quem escolheu não desviar o olhar. É nesse ponto que importa nomear, com justiça, a Acreditar e Rui Moreira Claro. Deram a cara por esta causa quando ela ainda não ocupava o centro do debate público, insistiram quando seria mais cómodo aceitar a injustiça como um detalhe do sistema e ajudaram a mostrar ao país que não se tratava de uma excepção administrativa, mas de uma falha intolerável. No caso de Rui Moreira Claro, esse envolvimento ganhou uma força ainda mais funda e irrefutável depois da morte do filho, Manuel, em Janeiro. Foi dessa dor irreparável que nasceu uma coragem pública rara: a recusa em deixar que a perda ficasse encerrada na intimidade e a decisão de a transformar em voz, em apelo e em causa. Manuel, esse menino que transformou o amor em causa, continua assim presente numa luta que ultrapassa a história de uma só família e interpela toda a comunidade. Houve, na intervenção de Rui Moreira Claro e da Acreditar, aquilo que tantas vezes falta no espaço público: persistência, clareza e uma recusa firme em normalizar o desumano. Convém sublinhá-lo: esta alteração não resolve a dor das famílias, nem tem o poder de suavizar o irreparável. Nenhuma prestação social o poderia fazer. Mas há decisões que, não anulando o sofrimento, recusam pelo menos agravá-lo. E este aumento do subsídio de funeral tem esse significado. Não é apenas uma actualização de montante. É um gesto de reconhecimento. Um sinal de que o Estado, mesmo tardiamente, percebeu que estava a falhar no momento em que mais devia proteger. É por isso que este deve ser lido como o facto da semana. Porque revela uma correcção concreta, mensurável, com efeitos imediatos, mas também porque expõe uma verdade maior sobre a vida colectiva: uma sociedade mede-se pela forma como responde aos seus momentos de maior vulnerabilidade. E quando essa resposta melhora, ainda que tarde, há razões para assinalar o momento. A sociedade portuguesa deve, por isso, um reconhecimento claro aos homens, às mulheres e às instituições que não baixaram os braços e lutaram por esta causa, que é de todos. Não apenas porque estiveram presentes, mas porque tiveram a coragem rara de transformar a indignação em intervenção e a compaixão em exigência pública.



O aumento do subsídio de funeral corrige uma falha antiga do sistema e devolve alguma justiça a famílias em momentos de extrema vulnerabilidade



A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra completou, a 7 de Abril, 137 anos

e entrega. Foi também ocasião para sublinhar o valor incomparável dos bombeiros, homens e mulheres que, muitas vezes no silêncio do dever, se distinguem pela bravura, pela generosidade e por uma rara capacidade de servir o próximo mesmo nas circunstâncias mais adversas. O programa teve início às 10h30, com a formatura e recepção às entidades, seguindo-se, às 10h45, o desfile apeado, expressão visível da disciplina, da união e do orgulho que continuam a marcar o corpo de bombeiros. Às 11h00, realizou-se a bênção dos veículos, num gesto simbólico de protecção e esperança sobre os meios que diariamente servem a população em contextos muitas vezes exigentes e de risco. A sessão solene, marcada para as 11h15, constituiu um dos momentos centrais da celebração, evocando o percurso da associação e o papel determinante que os Bombeiros Voluntários de Coimbra têm desempenhado ao serviço da cidade e da região. Mais do que assinalar uma data, a cerimónia traduziu o reconhecimento devido a homens e mulheres que, com abnegação e sentido de dever, fizeram do auxílio ao próximo um compromisso de vida. Neles permanece uma das expressões mais nobres do serviço público: a prontidão para acudir, a coragem para enfrentar o perigo e a humanidade para amparar quem sofre. O almoço comemorativo, às 13h15, encerrou um dia de significado profundo para a instituição, num ambiente de confraternização e partilha. Ao celebrar 137 anos de história, os Bombeiros Voluntários de Coimbra homenagearam não apenas o seu passado, mas também a nobreza intemporal de uma missão que continua a ser exemplo de altruísmo, resiliência e serviço. Num tempo em que tantas causas se medem pela urgência, os bombeiros permaneceram, uma vez mais, como rosto sereno da coragem e presença firme quando a comunidade mais precisa.

COIMBRA CELEBROU 137 ANOS DOS SEUS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

Os Bombeiros Voluntários de Coimbra assinalaram, no domingo, 12 de Abril, o seu 137.º aniversário, numa cerimónia marcada pela solenidade, pela memória e pelo reconhecimento público de mais de um século de dedicação à causa do socorro e da protecção da comunidade. As comemorações decorreram na Universidade de Coimbra, reunindo bombeiros, entidades oficiais e convidados, num momento de celebração institucional, mas também de homenagem humana a todos quantos, ao longo de gerações, vestiram a farda com espírito de missão, coragem

A Estação Nova de Coimbra vai receber um festival que cruza cultura urbana, gastronomia e música, ao longo de três dias. O bash - Festival Urbano realiza-se de 8 e 10 de Maio e é promovido pela BREW! e coorganizado pela Câmara de Coimbra. O edifício da antiga estação ferroviária recebe uma programação que inclui cerveja, 'street food', cocktails de autor e DJ sets.

CAMPEÃO DAS PROVÍNCIAS
www.campeoprovincias.pt

16 DE ABRIL DE 2026

ENTREVISTA 7

BERTÍLIA SIMÃO TRAÇA PRIORIDADES PARA SANTA CLARA E CASTELO VIEGAS

LUÍS SANTOS
JOANA ALVIM

Santa Clara e Castelo Viegas são hoje um espelho de duas dinâmicas que se cruzam no mesmo território: o crescimento urbano e a preservação de uma identidade rural. Nesta entrevista, Bertília Simão, presidente da União das Freguesias, fala sobre as dificuldades, as obras em andamento e a visão traçada para o futuro desta parte do concelho de Coimbra.



Bertília Simão, presidente da União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, defende uma gestão de proximidade, com foco na valorização da margem esquerda e na melhoria das condições de vida da população

”
Tenho procurado fazer da proximidade uma marca do meu mandato

Campeão das Províncias [CP]: Como é filha de um ex-presidente muito carismático, como é que define a sua própria marca pessoal na gestão das freguesias, distinguindo-se do legado do seu pai, José Simão?

Bertília Simão [BS]: É verdade que esse peso do legado continua muito presente e que, muitas vezes, essa comparação com o meu pai surge de forma natural. No entanto, acredito que a principal diferença que trago ao exercício destas funções está, desde logo, no facto de ser mulher. Tenho sentido, nestes primeiros meses de mandato, que essa dimensão tem sido particularmente visível, sobretudo através de uma sensibilidade diferente na forma de estar, de ouvir e de gerir.

Essa marca feminina tem-se destacado e, de alguma maneira, tem-me distinguido do passado. Sinto também que isso tem mobilizado muitas mulheres, que se revêem nesta presença e nesta forma de liderar, quase como se dissessem: agora é também o nosso tempo, agora também podemos mostrar o que vale uma mulher na liderança de uma autarquia.

Curiosamente, Santa Clara é, por si só, uma fre-

guesia muito marcada pela presença feminina na sua identidade e na sua história. Temos a Rainha Santa Isabel, temos Inês de Castro, temos várias invocações religiosas ligadas ao feminino, como Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Piedade ou a Natividade. Há, de facto, uma forte simbologia feminina neste território. E, de certa forma, agora há também esse sinal na presidência da Junta.

[CP]: É frequentemente descrita como uma autarca de terreno e de diálogo. Na sua mensagem de apresentação, destaca a vontade de construir uma “freguesia mais próxima e mais humana”, mantendo o legado de “porta aberta” que caracterizou a gestão anterior, mas com uma roupagem mais contemporânea. É isto que tem concretizado?

[BS]: Tenho procurado fazer da proximidade uma marca do meu mandato. Gosto de estar no terreno e de falar directamente com as pessoas, porque há problemas que só se percebem verdadeiramente no local. É também aí que consigo explicar o que está em causa e dar a cara pelas decisões, mesmo quando as soluções não dependem apenas de nós.

Essa forma de estar não é nova. Já antes acompanhava de perto o trabalho da freguesia, embora num papel mais discreto. Hoje tenho mais responsabilidade, mas mantenho a mesma postura, apoiada por uma equipa pequena, empenhada e com verdadeiro sentido de missão.

[CP]: Tem sido uma voz activa na defesa da Margem Esquerda de Coimbra, lutando por mais investimento e atenção da Câmara Municipal para equilibrar o desenvolvimento face à margem direita da cidade. Tem conseguido isto?

[BS]: Tenho procurado chamar a atenção para o potencial da margem esquerda e para a necessidade de haver mais investimento neste território. Apresentei à Câmara vários projectos prioritários, nomeadamente a valorização da frente ribeirinha, melhores acessibilidades e uma maior aposta turística.

Defendemos, por exemplo, uma ligação por teleférico entre a Rainha Santa e o Convento São Francisco, bem como a criação de um posto de turismo na margem esquerda. O espaço existe, mas falta financiamento. Tendo em conta o peso que esta freguesia já tem na dinâmica turística da cidade, faz todo o sentido que parte desse retorno seja reinvestido aqui.

[CP]: Santa Clara e Castelo Viegas sofrem frequentemente com o peso do trânsito de quem entra em Coimbra. Que medidas ou pressões têm sido feitas junto da Câmara Municipal para melhorar a fluidez e os transportes públicos?

[BS]: Temos insistido junto da Câmara na necessidade de a margem esquerda ser plenamente integrada nas soluções de mobilidade da cidade, nomeadamente na futura expansão do metro. Precisamos de saber com

clareza o que está previsto, porque sem essa informação torna-se difícil planear o futuro da freguesia.

Ao mesmo tempo, continuamos a pressionar para que avancem respostas em áreas concretas do dia-a-dia, como a acessibilidade, a requalificação do espaço público e a segurança. Com recursos muito limitados, temos sido obrigados a fazer escolhas, procurando equilibrar as grandes necessidades estruturais com as respostas mais imediatas à população.

[CP]: Como é que a Junta de Freguesia tem colaborado com as escolas locais para garantir que as crianças e jovens de Santa Clara e Castelo Viegas tenham as melhores condições possíveis?

[BS]: As escolas são uma prioridade para nós. Mesmo não sendo competência directa da Junta responder a tudo, procuramos, dentro das nossas possibilidades, dar o maior apoio possível, seja na manutenção, na resolução de pequenos problemas de infra-estruturas ou na disponibilização do autocarro para actividades escolares.

Mas o nosso trabalho não se fica pela logística. Gostamos de estar presentes nas escolas, de promover iniciativas com as crianças e de criar uma ligação próxima com a comunidade educativa. Um exemplo disso é o projecto dos ‘Agentes Jovens para a Cidadania’, que procura incentivar, desde cedo, valores de responsabilidade cívica e participação.

Temos a preocupação de

acompanhar todas as escolas da freguesia e de ajudar a mantê-las vivas. Em alguns casos, houve mesmo estabelecimentos que estiveram em risco de encerrar e conseguiram manter-se activos, o que é muito importante para o território. Também aí se tem sentido o impacto positivo da diversidade da população, que trouxe nova vitalidade a várias escolas da freguesia.

[CP]: Numa freguesia com uma população consideravelmente envelhecida em certas zonas, que programas de combate ao isolamento social estão actualmente no terreno?

[BS]: Numa freguesia com população envelhecida, o combate ao isolamento tem sido uma preocupação constante. Uma das respostas que mais temos dinamizado passa pela organização de excursões e convívios, precisamente para tirar as pessoas de casa, promover o encontro e criar momentos de partilha. Muitas vezes, mais do que a questão financeira, o que existe é falta de confiança ou de companhia para sair, e a freguesia acaba por ter aí um papel importante.

”
O que verdadeiramente marca um mandato não é o que se promete, mas o que se consegue transformar

Além dessas iniciativas, promovemos também actividades sazonais, como idas à praia, e organizamos, em articulação com a Comissão Social de Freguesia, a Feira do Envelhecimento Saudável. É um espaço de informação e sensibilização sobre temas como saúde, alimentação, segurança e respostas sociais, que procura dar aos seniores não só convívio, mas também mais conhecimento e apoio.

[CP]: O tecido associativo destas duas freguesias é muito rico. De que forma

é que a União de Freguesias apoia as colectividades para que não percam a sua vitalidade?

[BS]: O tecido associativo da freguesia é, de facto, muito rico e a Junta procura estar presente sempre que pode, apoiando as colectividades nas suas actividades, seja do ponto de vista logístico, material ou institucional. Fazemo-lo com as associações culturais, com a marcha, com grupos tradicionais e também com várias instituições sociais, porque reconhecemos que o seu trabalho é essencial para manter viva a comunidade.

Esse apoio é dado dentro das nossas possibilidades, que nem sempre são as que gostaríamos, mas há uma preocupação constante em não deixar perder essa vitalidade associativa. O mesmo acontece com a Feira Popular, que continua a ser uma grande aposta nossa. Apesar dos custos elevados, temos procurado mantê-la viva, porque já ultrapassa largamente a dimensão da freguesia e é hoje uma tradição com importância para toda a cidade e até para quem nos visita de fora.

[CP]: Qual é a obra ou intervenção que a senhora Presidente não quer deixar de concluir até ao final deste mandato?

[BS]: Há várias intervenções que gostava muito de concretizar até ao fim do mandato, mas há uma que, para mim, é incontornável: não quero sair sem ver resolvida a Rua dos Leitões. É uma obra pequena em dimensão, mas muito importante para quem ali vive, e seria para mim incompreensível terminar estes quatro anos sem a ver feita.

Depois, há outros objectivos que também considero centrais: melhorar as ruas que ainda precisam de intervenção, reforçar a rede de parques infantis e criar melhores espaços de lazer e de desporto. No fundo, o que eu quero é deixar obra feita, visível e útil na vida das pessoas. Porque é isso que verdadeiramente marca um mandato: não o que se promete, mas o que se consegue transformar.

Grupo Lusiaves iniciou comemorações do 40.º aniversário



O Grupo Lusiaves assinalou o início das comemorações do seu 40.º aniversário com a realização do Grupo Lusiaves Summit | Leiria 2026, um encontro que reuniu, no Teatro José Lúcio da Silva, decisores políticos, especialistas internacionais e líderes empresariais para debater os principais desafios da geopolítica, da economia e do sector agroalimentar.

A sessão de abertura contou com a presença do ministro da Agricultura e Mar, José Manuel Fernandes, do presidente da Câmara Municipal de Leiria, Gonçalo Lopes, e do comendador Avelino Gaspar, presidente e Fundador do Grupo Lusiaves, que destacou o percurso e a visão do Grupo ao longo das últimas quatro décadas.

O programa integrou intervenções de diversas personalidades de referência, entre as quais Paulo Portas, que abordou o contexto geopolítico e geoeconómico global; Nan-Dirk Mulder, especialista do Rabobank, que apresentou as principais tendências globais da proteína animal; e Madalena Lordelo, vice-presidente do Instituto Superior de Agronomia, que reflectiu sobre a inovação no sector avícola. Paulo Macedo, presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, trouxe ainda uma perspectiva sobre a competitividade das empresas portuguesas.

Destaque também para a mesa-redonda do BRP - Business Round Table Portugal, associação que reúne líderes das principais empresas portuguesas com o objectivo de promover o crescimento económico, a competitividade e a internacionalização do país. Moderada por Anselmo Crespo, a sessão contou com a participação de Carlos Moreira da Silva, João Ortigão Costa e Ri-

cardo Pires, num debate centrado na inovação, escala e posicionamento internacional das empresas.

O evento incluiu ainda o momento “40 anos a criar futuro”, com a participação da família Gaspar, e culminou com o lançamento do livro “40 Anos de Legado”, que assinala a história e evolução do Grupo Lusiaves.

Na sua intervenção, o presidente e Fundador do Grupo, o comendador Avelino Gaspar, sublinhou a importância de manter os valores que sustentaram o crescimento do Grupo, afirmando que “aprendemos o caminho e criamos as condições para continuar a crescer, mas não podemos esquecer as nossas origens e, porque o sucesso passado não é garantia de sucesso futuro, teremos de manter o rigor, a exigência, o controlo dos custos, sentido de urgência e continuar na dianteira da inovação de produtos e da tecnologia”.

Destacou ainda o papel do Grupo Lusiaves nas comunidades onde está presente, sublinhando que “o crescimento tem sido acompanhado por um compromisso ativo com o desenvolvimento local, a criação de emprego e a coesão territorial. Mais do que uma empresa que se instala, o Grupo assume-se como um parceiro das comunidades, contribuindo para a sua dinamização económica e social e devolvendo valor aos territórios onde opera”.

Uma das dimensões mais relevantes evidenciadas ao longo do evento foi a trajetória de crescimento e internacionalização do Grupo Lusiaves, que, em quatro décadas, evoluiu de uma estrutura inicial com 32 colaboradores para um grupo com cerca de 6.000 pessoas e presença em vários mercados internacionais, incluindo Espanha e França, sendo ainda o maior acionista de um dos principais grupos avícolas da Escandinávia. Um percurso que traduz uma estratégia consistente de expansão, investimento e criação de valor, afirmando o Grupo como uma referência no sector agroalimentar a nível ibérico e europeu.

Com esta trajetória marcada pelo crescimento, inovação e internacionalização, o Grupo Lusiaves reforça o seu posicionamento como um dos principais players do sector agroalimentar no espaço ibérico, contribuindo para a segurança alimentar e para o desenvolvimento económico.

O evento terminou com um jantar de celebração no centro da cidade de Leiria, reunindo convidados, parceiros e representantes institucionais.

Portugal atrai imigrantes cada vez mais qualificados, mas mercado de trabalho não acompanha

Quase um em cada quatro imigrantes residentes em Portugal possui ensino superior, proporção que já supera ligeiramente a da população portuguesa. De acordo com os dados mais recentes dos Censos do Instituto Nacional de Estatística (INE), 24,24% dos estrangeiros no país têm formação superior, face a 24,09% entre os cidadãos portugueses.

O indicador foi analisado em um estudo desenvolvido pelo Centro de Formação Prepara Portugal, que, além das estatísticas do INE, baseou-se em informações da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), da Pordata e da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Aima).

Para Higor Cerqueira, fundador e director pedagógico do Prepara Portugal, os números confirmam uma mudança no perfil da imigração recente. “A análise indica que a qualificação da população imigrante tem aumentado ao longo da última década. Entre algumas comunidades estrangeiras, o crescimento da escolaridade é particularmente expressivo. No caso de Angola, por exemplo, a proporção de residentes com ensino superior passou de 7,4% em 2011 para 22,6% em 2021, evidenciando um salto significativo no perfil educacional dos novos fluxos migratórios”, afirma.

Apesar deste nível de qualificação, muitos estrangeiros acabam por ocupar funções que não exigem formação superior. Em sectores como restauração e construção civil, cerca de um em cada cinco trabalhadores imigrantes possui ensino superior, com 21,24% na restauração e 19,93% na construção. O estudo aponta que esta discrepância entre formação e ocupação profissional tem levado muitos imigrantes a procurar formação complementar e novas competências depois de chegarem ao país.

“Esta realidade mostra que existe um capital humano qualificado que muitas vezes não é plenamente aproveitado. A formação profissional pode ser a ponte entre o potencial destes profissionais e as oportunidades reais do mercado”, sublinha Cerqueira.

O formador Pedro Stob, que coordena o estudo, refere que este fenómeno ocorre num contexto de forte crescimento da população estrangeira em Portugal. De acordo com os dados também analisados no estudo, o número de residentes estrangeiros passou de cerca de 394 mil pessoas em 2011 para aproximadamente 1,54 milhão em 2024.

“Além do aumento expressivo, a população imigrante apresenta um perfil mais jovem e ativo. 85,5% dos estrangeiros residentes encontram-se em idade activa, entre os 18 e os 64 anos, enquanto entre os cidadãos portugueses essa proporção é de cerca de 65,5%”,



Higor Cerqueira, fundador e director pedagógico do centro de formação Prepara Portugal

acrescenta o formador.

Higor Cerqueira ainda cita que o Prepara Portugal, especializado na oferta de cursos profissionais, já recebeu, em pouco mais de um ano, 2.502 alunos de mais de 35 nacionalidades.

Cursos de idiomas

Na sequência deste crescimento e da diversidade crescente de perfis, o Prepara Portugal está a reforçar a sua oferta de formação, com o lançamento do Prepara Idiomas. O crescimento recente de comunidades não lusófonas tem reforçado o papel do inglês como língua de ligação no mercado de trabalho”, explica o director pedagógico.

A nova iniciativa inclui um curso livre de inglês com duração de seis meses, com quatro turmas previstas para início já em junho, e pretende responder às necessidades de integração e progressão profissional de cidadãos estrangeiros.

O Prepara Idiomas contemplará também a oferta de cursos de português para estrangeiros, reforçando o apoio à integração na sociedade portuguesa. “O projecto surge como uma extensão da estratégia formativa da instituição, orientada para o desenvolvimento de competências essenciais à empregabilidade”, completa Higor.

A novidade será apresentada no próximo sábado, durante a primeira de duas aulas abertas gratuitas que visam dar a conhecer os cursos do Prepara Portugal e proporcionar um primeiro contacto com o ambiente e os conteúdos educacionais. As sessões realizam-se a 18 de Abril, no Porto, e a 9 de Maio, em Lisboa.

“Concertamos Juntos” une música e solidariedade para ajudar a região Centro



No próximo mês de Maio, vários artistas portugueses vão unir-se para dar vida ao espectáculo “Concertamos Juntos”. A iniciativa alia a música à solidariedade para ajudar a recuperar a região Centro, a mais afectada pela depressão Kristin. Os concertos estão agendados para

o dia 5 de Maio, às 21h, no Coliseu de Lisboa; e no dia 7 de Maio, às 21h30, no Coliseu Porto Ageas.

“Concertamos Juntos” é uma iniciativa da Vodafone que reúne alguns dos nomes mais reconhecidos da música portuguesa. Assim, no dia 5 de Maio, sobem ao palco do Coli-

seu de Lisboa a Mariza, os Capitão Fausto, Tiago Bettencourt, Samuel Úria & os 12 ao Todo, Carlão e Ana Lua Caiano. Já no dia 7, o Coliseu Porto Ageas recebe os Ornatos Violeta, Slow J, Carminho, Salvador Sobral, GNR e Expensive Soul.

Os bilhetes custam entre 15 e 50 euros, consoante o lugar pretendido, e revertem, na totalidade, a favor da Cáritas Diocesana de Leiria-Fátima, que apoia a reconstrução de casas. A realização destes espectáculos “reflecte o espírito colaborativo da iniciativa, mobilizando o público português para apoiar a zona Centro, a mais afectada pela depressão Kristin”, sublinha a organização.

[PODE TAMBÉM CONSULTAR ESTA NOTÍCIA NO SITE DO ‘CAMPEÃO’, AQUI](#)

Comissão Directiva do Centro 2030 já está completa

A Comissão Directiva do Programa Regional do Centro (Centro 2030), liderada por inerência pelo presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro), José Ribau Esteves, está agora completa com a entrada em funções do seu terceiro membro.

Alexandra Rodrigues, que exerceu a função de vice-presidente da CCDR Centro de Janeiro 2024 até Fevereiro de 2026, é a nova vogal executiva da Comissão Directiva, suprimindo o lugar vago com a saída de Luís Filipe, a 3 de Novembro de 2025, para exercer as funções de vereador da Câmara Municipal de Coimbra.

Alexandra Rodrigues foi nomeada pelo Governo, sob proposta da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Na Comissão Directiva



Jorge Brandão, José Ribau Esteves e Alexandra Rodrigues

do Centro 2030 continua em funções Jorge Brandão, vogal executivo desde Março de 2023.

O Programa Centro 2030 é um importante instrumento de gestão da CCDR Centro e destina-se a promover a competitividade da economia, a sustentabilidade ambiental e a valorização do território e das pessoas

na Região, no quadro da Política de Coesão da União Europeia.

Este programa, dotado de 2.200 milhões de euros, visa operacionalizar a estratégia de desenvolvimento da Região Centro e as estratégias sub-regionais das Comunidades Intermunicipais, com a devida articulação.

[PODE TAMBÉM CONSULTAR ESTA NOTÍCIA NO SITE DO ‘CAMPEÃO’, AQUI](#)

Politécnico de Coimbra aproxima mais de 500 estudantes do tecido empresarial

O Politécnico de Coimbra (IPC) reuniu mais de 500 estudantes e meia centena de empresas na 4.ª edição do “Job Summit & Science2Business”.

O evento, promovido pelo INOPOL Academia de Empreendedorismo do Politécnico de Coimbra, decorreu no Convento São Francisco sob o mote “Empowering Futures” e reafirmou-se como um marco na promoção da empregabilidade e da inovação na região.

A iniciativa, pensada para estreitar os laços entre o talento qualificado formado no IPC e as necessidades reais do mercado de trabalho, superou as expectativas. Para Diana Lima, directora do INOPOL, o balanço é francamente positivo: “Temos mais de 50 empresas presentes e mais de 500 participantes no evento. É um sucesso”.

A responsável explicou que o grande objectivo da instituição passa por “aproximar o talento e o tecido empresarial” de forma a “formar profissionais preparados e cidadãos com capacidade para fazer a diferença num mundo em constante transformação”. Diana Lima destacou ainda o papel estratégico do certame na “retenção do talento, inovação e crescimento sustentável da região”.

Com o intuito de tornar o evento cada vez mais abrangente e adaptado à realidade laboral, o Politécnico de Coimbra introduziu novas dinâmicas nesta edição de 2026. A principal novidade foi a criação de um espaço dedicado em exclusivo a ordens profissionais e associações, complementando a oferta já existente.

Ao longo do dia, o programa ofereceu aos estudantes um contacto directo com os recrutadores através de painéis temáticos, workshops práticos, sessões de speed interviews e momentos de networking estruturado. Um dos temas centrais de debate incidiu sobre as tendências emergentes do mercado, com os participantes a serem desafiados a explorar o impacto da Inteligência Artificial nos processos de recrutamento, na automação de tarefas e na necessária redefinição de competências.

O Ensino Superior Politécnico distingue-se pela



sua matriz prática, algo que ficou patente na postura dos alunos presentes. João Tomás, representante das Associações de Estudantes do IPC, enalteceu a iniciativa por criar “uma ligação estreita entre o tecido empresarial e os estudantes”, sublinhando que as empresas “encontraram aqui estudantes focados e empenhados, que já demonstram iniciativa e vontade de crescer”.

A sessão de inauguração contou também com a presença de Luís Filipe, vereador da Câmara Municipal de Coimbra, que validou a importância destas iniciativas para o ecossistema local. “Somos uma cidade com uma academia fortíssima. Esta ligação ao mundo empresarial é essencial e este tipo de eventos ponte são muito relevantes”, venceu o autarca.

Referência ainda para o lançamento do Podcast “Quintas académicas com Alumni”, um espaço de partilha mensal onde os diplomados do IPC vão dar a conhecer as suas histórias, percursos e memórias, que teve o seu primeiro episódio ao vivo no Job Summit, com Cristóvão Monteiro como convidado e Diogo Machado como moderador.

Com o encerramento de mais uma edição bem-sucedida do “Job Summit & Science2Business”, o Politécnico de Coimbra reforça a sua missão enquanto motor de desenvolvimento regional e garante que os seus diplomados estão não só preparados para o futuro do trabalho, mas também capacitados para o liderar.

Hugo Serra mantém liderança do CERC após nova eleição

Hugo Serra foi reeleito presidente da direcção do Conselho Empresarial da Região de Coimbra (CERC), renovando por mais um ano o mandato à frente da entidade que representa uma parte significativa do tecido económico regional.

Segundo informação divulgada pelo organismo, a eleição, realizada esta quarta-feira, 15 de Abril, traduz a confiança das associações empresariais que compõem o CERC na continuidade do trabalho desenvolvido ao longo do último ano. Em causa, refere a mesma nota, estão a liderança, o empenho e a capacidade de articulação evidenciados por Hugo Serra no exercício anterior.

O Conselho Empresarial da Região de Coimbra integra 13 associações empresariais, abrangendo os 19 mu-

nicípios da região. No conjunto, estas estruturas representam mais de 15 mil empresas e um volume de negócios que ultrapassa os 10 mil milhões de euros, números que evidenciam o peso da instituição no panorama económico regional.

Com a recondução de Hugo Serra, o CERC procura dar continuidade à sua acção em defesa dos interesses das empresas da região, reforçando simultaneamente a estabilidade da sua estrutura directiva e a intervenção institucional junto dos vários agentes do território.

Após a reeleição, o dirigente assumiu o novo mandato com sentido de responsabilidade, sublinhando que a renovação da confiança constitui também um reforço do compromisso de continuar a representar as empresas da Região de Coimbra e a defender me-



lhores condições de competitividade.

Numa referência ao actual contexto económico, Hugo Serra considerou ainda que as empresas enfrentam desafios exigentes, o que torna essencial a existência de uma entidade próxima, interventiva e capaz de promover respostas concretas e agregadoras para a região.

O CERC reiterou, por fim, a intenção de prosseguir o trabalho em articulação com associações, empresas e entidades públicas e privadas, apostando numa visão estratégica orientada para o desenvolvimento sustentável da região de Coimbra.

[PODE TAMBÉM CONSULTAR ESTA NOTÍCIA NO SITE DO 'CAMPEÃO', AQUI](#)

João Gouveia Monteiro distinguido pela Comissão Portuguesa de História Militar



João Gouveia Monteiro, professor jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e antigo director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, foi distinguido em Lisboa pela Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM),

que lhe atribuiu um diploma de reconhecimento pelo seu percurso e contributo para a área.

A distinção destina-se a homenagear membros que, pelas suas elevadas qualidades profissionais e pelo cumprimento dos objectivos da CPHM, se tenham destacado pelo contributo valioso e excepcional para o desenvolvimento, divulgação e afirmação da História Militar portuguesa, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Na justificação da homenagem, a Comissão sublinha que João Gouveia Monteiro constitui um "exemplo de dedicação, labor e competência técnica", salientando igualmente o seu papel inspirador junto das novas gerações de investigadores, chamadas a pros-

seguir o legado científico e académico que construiu ao longo de décadas.

Através do seu presidente, a CPHM manifestou ainda a gratidão pública dos seus pares pelos relevantes serviços prestados por João Gouveia Monteiro à História Militar nacional.

Criada em 1989 e tutelada pelo Ministério da Defesa Nacional, a Comissão Portuguesa de História Militar é um organismo oficial com sede em Lisboa, dedicado à promoção, estudo e divulgação da história militar de Portugal. Entre as suas funções contam-se o incentivo à investigação, a organização de colóquios, a publicação de estudos e a representação portuguesa na Comissão Internacional de História Militar.

[PODE TAMBÉM CONSULTAR ESTA NOTÍCIA NO SITE DO 'CAMPEÃO', AQUI](#)

Relatório da ULS de Coimbra aponta satisfação dos utentes com cuidados prestados



A satisfação dos utentes da Unidade Local de Saúde (ULS) de Coimbra é “francamente positiva” nos Cuidados de Saúde Hospitalares (CSH) e “maioritariamente positiva” nos Cuidados de Saúde Primários (CSP), de acordo com aquela Unidade.

A ULS de Coimbra afirma que, segundo o “Relatório de Avaliação da Satisfação dos Utentes da Unidade Local de Saúde de Coimbra de 2025”, na área dos CSH, “entre Fevereiro e Dezembro de 2025 foram analisados 32.328 episódios de cuidados”.

“Os resultados revelam, de forma global, níveis de satisfação francamente positivos”, situados em 4,1, na métrica do Índice de Satisfação Global

(escala de 1 a 5).

A avaliação evidenciou “um elevado nível de satisfação relativamente aos profissionais”, com classificações entre 4,5 e 4,7 em todas as categorias, sendo a clareza e a adequação da informação prestada outro ponto de destaque (4,4), enquanto a comodidade e as condições físicas obtiveram uma classificação média de 4,2.

Entre as áreas onde foram identificadas necessidades de melhorias, está a acessibilidade, sobretudo ao nível da circulação interna e estacionamento (3,2), a alimentação (3,9) e a conservação de equipamentos e instalações (entre 3,8 e 3,9).

Já nos CSP, foram examinados 6.254 questionários respondi-

dos, “sendo que a análise da satisfação dos utentes revela uma percepção global maioritariamente positiva”, de 4,3, seguindo a métrica da Satisfação média global (de 1 a 5).

A privacidade, a informação prestada e a relação profissional-utente são alguns dos pontos “amplamente valorizados”, enquanto a acessibilidade telefónica, os tempos de espera e o conforto das instalações são “desafios relevantes”.

“As sugestões recolhidas apontam para a necessidade de reforçar a capacidade de resposta, melhorar a comunicação e investir em melhorias estruturais, constituindo áreas prioritárias para a optimização contínua da experiência do utente nos CSP”, acrescentou.

O relatório é um instrumento de suporte à decisão, “permitindo orientar prioridades estratégicas e reforçar o compromisso” daquela unidade de saúde “com a qualidade, a segurança e a humanização dos cuidados de saúde”, afirmou o presidente do Conselho de Administração, Francisco Maio Matos.

Citado na nota, assegura que a ULS de Coimbra está “plenamente consciente” das áreas em que é possível melhorar, adiantando que a ULS continuará “a trabalhar de forma consistente na sua melhoria”.

Figueira da Foz pretende prolongar futura variante de Quiaios até à A17



A construção da variante a Quiaios, no concelho da Figueira da Foz, deverá estar concluída no final do ano, sendo a primeira fase de um projecto estruturante que visa o prolongamento daquela via até à Auto-estrada 17 (A17).

Numa visita às obras, que tiveram início em Outubro de 2025, o presidente da Câmara da Figueira da Foz salientou o carácter estruturante da variante ao nível da segurança e desenvolvimento económico.

“Com esta via vamos poupar o centro da vila de Quiaios e dar mais segurança para a circulação de autocarros e camiões, que era uma necessidade de como pão para a boca há décadas”, disse aos jornalistas o presidente da Câmara da Figueira da Foz, Pedro Santana Lopes, no final da visita que decorreu ontem.

“Ao nível do desenvolvimento económico a via, esperamos, vai ser continuada até à zona de Ervedal, junto ao nó de ligação de Quiaios à auto-estrada e à zona industrial do Pincho e de mais área industrial que vai nascer”, acrescentou.

O autarca justificou ainda a importância da ligação à auto-estrada com o futuro empreendimento turístico da Lagoa da Vela, para onde está prevista a construção de um campo de golfe com 18 buracos, um hotel e pequenas residências turísticas, numa área de 100 hectares.

“Esta zona vai sofrer uma mutação muito positiva, esperamos, e prevê-se mais residentes e procura de habitação em Quiaios”, acrescentou Santana Lopes, que in-

sistiu na transformação turística daquela freguesia, que já conta com o percurso panorâmico do Enforca Cães, pelo Cabo Mondego, concluído no anterior mandato autárquico.

Ainda sem cronograma do prolongamento da variante, Santana Lopes estimou que dentro de dois anos e meio seja possível já estar em obra.

Com cerca de 3,5 quilómetros de via principal, com uma faixa de rodagem para cada lado e uma ciclovia, a variante liga Quiaios à praia e vai melhorar significativamente a circulação aos veraneantes, que deixam de atravessar aquela localidade.

A nova variante, que atravessa a zona florestal das Matas Nacionais até à Praia de Quiaios, representa um investimento de cerca de quatro milhões de euros (mais IVA) do Município da Figueira da Foz.

O vereador João Martins salientou que o processo começou em 2022 com as negociações entre o Município e o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), gestor das parcelas atravessadas pela variante, e que foi necessário vencer vários entraves burocráticos.

A presidente da Junta de Quiaios, Cristina Ferreira, que acompanhou a visita, reconheceu que a obra em curso é das “mais importantes dos últimos anos na freguesia” e vai retirar muito trânsito da localidade.

A empresa responsável pela empreitada disse que, apesar das intempéries deste ano, o prazo de execução [final do ano] deverá ser cumprido.

Câmara de Coimbra estuda organização do Vale da Arregaça

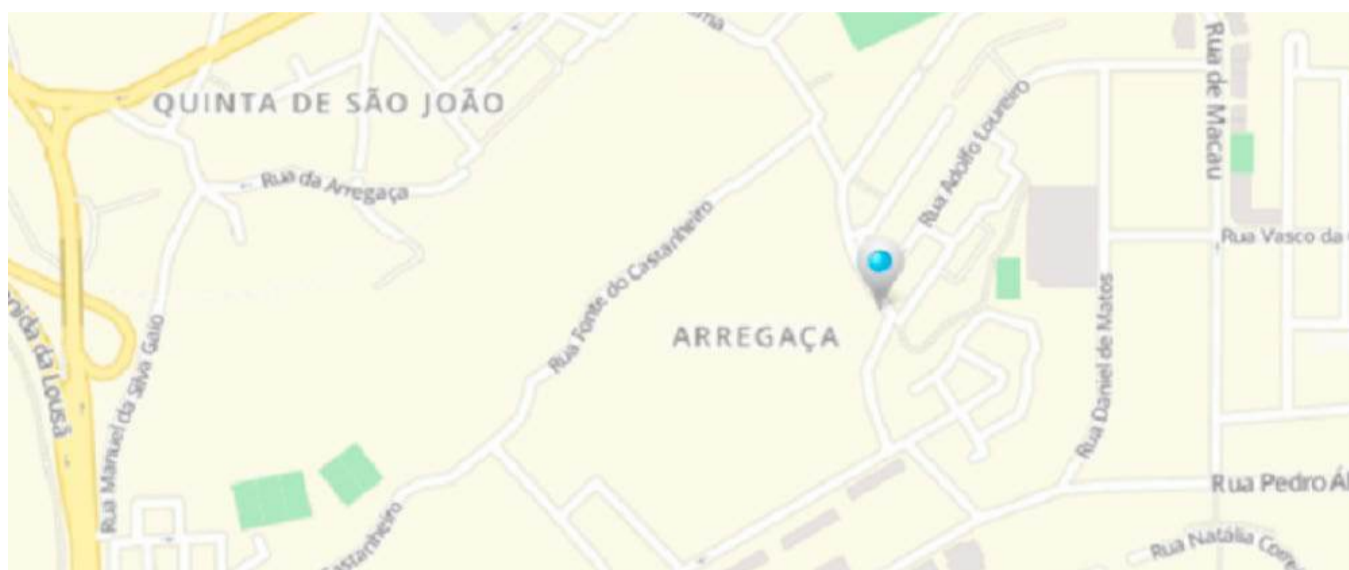
O Vale da Arregaça, em Coimbra, está a ser alvo de uma reflexão estratégica da Câmara, em colaboração com a associação The Future Design of Streets, com o objectivo de pensar a organização do espaço público e a articulação entre mobilidade, ambiente e desenho urbano.

Em resposta escrita enviada à agência Lusa a propósito desta cooperação com a The Future Design of Streets, a autarquia liderada por Ana Abrunhosa referiu que, “no imediato, esta colaboração tem um âmbito exclusivamente interno, traduzindo-se na realização de sessões de trabalho com equipas municipais, com o objectivo de apoiar a análise de cenários e qualificar a base técnica de futuras decisões”.

O Vale da Arregaça, que é atravessado pela linha do Metrobus, merecerá neste projecto uma “análise integrada do espaço público e da mobilidade”, estando a ser considerada “uma abordagem mais ampla” para a zona, “que integra a valorização do espaço público enquanto sistema contínuo de fruição”.

“A integração do canal do Metrobus com a envolvente urbana é um dos temas em análise, procurando-se avaliar de que forma essa infra-estrutura pode contribuir para um espaço público mais qualificado. Também neste caso, trata-se de trabalho exploratório, sem definições fechadas”, disse a Câmara.

A autarquia revelou ainda que “essa abordagem inclui a articulação de percursos pedonais e cicláveis, o reforço da ligação entre bair-



ros e a valorização da dimensão ambiental do território”.

“Essa reflexão incorpora também preocupações ao nível da gestão da água e da resiliência territorial, nomeadamente através da recuperação ecológica da ribeira e da análise de soluções que possam contribuir para a mitigação do risco de cheias, valorizando o vale enquanto infra-estrutura ecológica urbana”, explicou a Câmara.

O Município esclareceu que se encontram “em desenvolvimento estudos urbanísticos para a Arregaça Nascente e Poente, que serão considerados neste exercício de análise mais abrangente”.

“Importa sublinhar que se trata de um trabalho exploratório, sem soluções fechadas, orientado para avaliar diferentes cenários e qualificar decisões futuras. Face à importância estratégica da Arregaça e ao objectivo de pensar o futuro do espaço público deste território, está prevista, numa fase posterior, a abertura deste processo à participação pública. Essa dimensão não integra, nesta fase, o trabalho em curso”.

De acordo com a Câmara, “esta colaboração não corresponde à elaboração de um plano urbanís-

tico formal”. “Trata-se de um processo prévio de reflexão e estudo, destinado a apoiar decisões futuras, caso venham a ser desenvolvidos instrumentos de planeamento para a área”.

Relativamente à Rua do Brasil e Avenida da Lousã, a Lusa questionou se estava a ser pensada circulação em apenas um sentido na primeira daquelas vias e se se previa a extensão da segunda até ao Estádio.

A Câmara sublinhou que, “no âmbito desta reflexão, estão a ser considerados diferentes cenários para a rede viária local, incluindo hipóteses de reorganização da circulação. Essas possibilidades encontram-se numa fase inicial de análise técnica, sem qualquer decisão tomada ou solução definida, nem correspondem, nesta fase, a orientações políticas fechadas”.

A associação The Future Design of Streets, de acordo com a sua página na internet, tem colaborações com diversas entidades internacionais e nacionais, e procura formas de desenvolvimento do espaço urbano, num trabalho conjunto com arquitectos, designers, investigadores, planeadores, políticos e cidadãos.

Estudante de Coimbra preside ao órgão Fiscal do Conselho Nacional de Juventude



Rui Morais, estudante de Gestão no Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), em Coimbra, foi eleito presidente do Conselho Fiscal do Conselho Nacional de Juventude (CNJ).

A eleição decorreu durante a Assembleia Geral da organização realizada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no âmbito da renovação de órgãos para o mandato 2026-2028.

O Conselho Nacional de Juventude, criado em 1985 e reconhecido pela Assembleia

da República, é a principal plataforma de representação da juventude em Portugal, reunindo organizações partidárias, estudantis, culturais e associativas. Aos 22 anos, assume funções como o elemento mais jovem eleito para os órgãos do CNJ no actual mandato.

Rui Morais exerce funções como presidente da Direcção da Associação de Estudantes do Instituto Superior Miguel Torga (AEISMT). Sob a sua liderança, a associação tem reforçado a sua intervenção no

sector do ensino superior, um trabalho que contribuiu para a sua eleição como presidente da Federação Nacional do Ensino Superior Particular e Cooperativo (FNESPC), estrutura representativa do setor Particular e Cooperativo em Portugal.

O estudante, natural da Louçã, construiu o seu percurso no associativismo em diferentes áreas, incluindo o associativismo juvenil, estudantil, cultural e social, assumindo um papel ativo na representação de estudantes e jovens e na participação em processos de decisão e intervenção com impacto no sector.

Paralelamente, esteve envolvido em organizações e projectos de valorização do território, com particular enfoque no interior do país, assumindo intervenção em matérias de coesão territorial e na afirmação da participação jovem fora dos grandes centros urbanos.

Relativamente às novas funções, Rui Morais aponta como prioridade o reforço da consistência institucional do CNJ. O presidente eleito do Conselho Fiscal defende um acompanhamento do funcionamento da instituição que garanta rigor nos processos e equilíbrio entre os diferentes órgãos, afirmando que a credibilidade interna é determinante para a influência da organização no debate político.